





que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

*“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)”*

*As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”<sup>1</sup>*

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das

---

<sup>1</sup> <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e subordinado do ex-Diretor Renato Duque, a imprensa noticiou ter ele aceitado a proposta de delação premiada e concordado em devolver mais de U\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Ademais, depoimentos do ex-gerente da Petrobras, afirmou que existia dentro da Petrobras um grande esquema de desvio de recursos, em que o PT teria arrecadado cerca de US\$ 200 milhões ilicitamente. Reportagem da ‘Veja.com’ detalha o esquema de corrupção na estatal:

O ex-gerente de Serviços da Petrobras, Pedro Barusco, afirmou à Justiça, em acordo de delação premiada, que o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, recebeu de 150 milhões a 200 milhões de dólares em propina de 2003 a 2013, por meio de desvios e fraudes em contratos com a Petrobras. As revelações de Barusco, ex-braço-direito de Renato Duque, que comandava a Diretoria de Serviços por



indicação do ex-ministro da Casa Civil e mensaleiro condenado José Dirceu, colocam mais uma vez o caixa do PT no centro do escândalo do petrolão e devem respingar diretamente nas campanhas políticas do partido, incluindo a da própria presidente Dilma Rousseff. Vaccari foi levado na manhã desta quinta-feira para a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo onde prestou esclarecimentos sobre a arrecadação de recursos para a legenda e foi liberado em seguida.

No depoimento, Barusco fez questão de destacar a relação de proximidade entre Duque e Vaccari, nas palavras dele “um contato muito forte”. Segundo o ex-gerente, Duque e o tesoureiro petista costumavam se encontrar no Hotel Windsor, no Rio, e no Meliá, em São Paulo. Os encontros tinham finalidade clara: trocar informações sobre o andamento de contratos, projetos e licitações da Petrobras.

Ainda que tenha negado irregularidade no sistema de arrecadação de campanhas do PT, Vaccari agora é confrontado pela primeira vez com as informações do delator Pedro Barusco, que concordou em colaborar com a Justiça em troca de reduções de pena. Após firmar o acordo de delação, o ex-gerente confirmou, por exemplo, que iria devolver aos cofres públicos impressionantes 97 milhões de dólares recolhidos a partir do megasquema de cobrança de propina na Petrobras.

“Durante o período no qual foi gerente executivo de Engenharia da Petrobras, subordinado ao diretor de Serviços, Renato de Souza Duque, de fevereiro de 2003 a março de 2011, houve pagamento de propinas em favor do declarante [Barusco] e de Renato Duque, bem como em favor de João Vaccari Neto”, diz trecho do depoimento de Barusco. “João Vaccari Neto representava o PT na divisão de propinas pagas no âmbito da diretoria de Serviços, nos contratos que ela executava para as diretorias de Abastecimento, Gás e Energia, Exploração e Produção e na própria diretoria de Serviços”, relatou.

Em seu depoimento, o ex-gerente não soube detalhar se o tesoureiro petista recebia a propina em dinheiro ou em transferências no exterior, mas deu revelações que complicam



diretamente outro ex-diretor da Petrobras, Jorge Zelada (Área Internacional). Segundo o delator, Zelada também recolhia propina dentro da Petrobras e “negociava propinas diretamente junto a algumas empresas em contratos menores na Área de Exploração e Produção”. Para receber dinheiro do esquema de corrupção dentro da estatal, o ex-diretor Jorge Zelada fazia uma espécie de “encontro de contas” com os demais integrantes da companhia. Em alguns casos, a propina a Zelada foi entregue diretamente em sua casa, na rua Getúlio das Neves, no Rio de Janeiro.

O pagamento de propina no esquema envolveu noventa contratos de obras de grande porte entre a Petrobras, empresas coligadas e consórcios de empreiteiras. Os contratos estavam vinculados às diretorias de Abastecimento, Gás e Energia e Exploração e Produção. No rateio da propina, normalmente eram cobrados 2% do valor do contrato, sendo que 1% era administrado pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, e o outro 1%, repartido entre o PT e diretores da Petrobras, incluindo Renato Duque e Jorge Zelada, da Área Internacional da petroleira.

Enquanto as projeções de Barusco apontam que o tesoureiro do PT embolsou até 200 milhões de dólares em nome do partido, no mesmo período o delator recebeu 50 milhões de dólares em dinheiro sujo. Em apenas um contrato de sondas de perfuração de águas profundas para exploração do pré-sal, Vaccari, em nome do PT, recebeu 4,5 milhões de dólares em propina.

Ao relatar em detalhes o esquema de pagamentos na Petrobras, Barusco deu um panorama da divisão do dinheiro recolhido do esquema criminoso e relatou que ele próprio era habitué da movimentação de propina na estatal. Segundo o próprio delator, ele começou a receber propina em 1997 ou 1998 da empresa holandesa SBM Offshore enquanto ainda ocupava o cargo de gerente de Tecnologia de Instalações da Petrobras. A propina entre a SBM e a Petrobras se tornou “sistemática” a partir do ano 2000, com uma espécie de parceria fixa entre Barusco e o executivo Julio Faerman, da empresa holandesa. Os pagamentos eram mensais, variando de 25.000 dólares a 50.000 dólares. Em um dos casos, quando já



ocupava a gerência-executiva de Engenharia, recebeu 1% de propina de Faerman em um contrato entre a empresa Progress e a Transpetro.

Faerman é apontado como homem-chave para desvendar o escândalo de corrupção que envolve a Petrobras. Em uma denúncia feita por um ex-funcionário da companhia holandesa SBM Offshore, ele é citado como o lobista responsável por intermediar pagamentos de propina a funcionários da empresa.

Graça Foster – Em seu depoimento aos investigadores da Operação Lava Jato, Barusco não apontou a presidente demissionária da Petrobras Graça Foster como beneficiária direta de propina na estatal, mas afirma que parte dos contratos onde o rateio de dinheiro era feito estavam vinculados à diretoria de Gás e Energia, que já foi ocupada por Graça. Barusco indicou que Graça Foster não sabia do esquema de propina e ponderou que se ela e Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia, sabiam, “conservavam isso para si”.

Quando Renato Duque deixou a Diretoria de Serviços, em 2012, ele fez uma espécie de acerto de contas com Barusco para receber parte da propina que havia sido direcionada inicialmente ao auxiliar. No acordo, Barusco destinou valores de futuras propinas para o ex-chefe – pelo acordo do Clube do Bilhão, as empresas precisavam confirmar o pagamento de dinheiro na trama criminosa. Apenas a Camargo Corrêa, por exemplo, devia 58 milhões de reais em propina na época.

Depoimentos – No fim de novembro, Barusco prestou diversos depoimentos reservados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal após acordo de delação premiada. Nas palavras de um dos investigadores, foram “demolidores” no detalhamento da atuação de Renato Duque.

As revelações de Barusco foram a principal motivação da nova fase da Operação Lava Jato, na qual Vaccari e outros dez operadores da Diretoria de Serviços foram alvos. Com o cumprimento dos mandados, as informações não tinham mais necessidade de



## CAMARA DOS DEPUTADOS

sigilo, na avaliação da Justiça, e os depoimentos foram disponibilizados em um dos processos contra executivos de empreiteiras.

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável a oitiva do Sr. PEDRO BARUSCO nesta CPI, como forma de ouvir sua versão dos fatos, avaliar as provas que porventura ele pretenda apresentar, de forma a lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

**Sala da Comissão, em                    de                    de 2015.**

**DEPUTADO ONYX LORENZONI  
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO  
DEM/PB**